

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

EDUCACIÓN PARA LA CIUDANANÍA

A escola como espaço de parcerias: aprender na interação com a diversidade e a adversidade

¹Nájela Tavares Ujiie

²Anizia Costa Zych

¹ Nájela Tavares Ujiie¹ - UNICENTRO/I-Brasil najelaujiie@yahoo.com.br

Mestre em Educação pela UEPG, Docente do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO/Irati-PR. / Universidade Estadual do Centro Oeste - **Campus Universitário de Irati – Setor de Humanas, Letras e Artes**, Departamento de Pedagogia - DEPED - Fone (42) 3421-3024, PR 153 – KM 7 – Bairro Riozinho CEP 84500-000 – Irati - PR.

² Anizia Costa Zych² - UNICENTRO/I-Brasil azych@irati.unicentro.br

Doutora em Educação pela UNICAMP, Docente do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO/Irati-PR. / Universidade Estadual do Centro Oeste - **Campus Universitário de Irati – Setor de Humanas, Letras e Artes**, Departamento de Pedagogia - DEPED - Fone (42) 3421-3024, PR 153 – KM 7 – Bairro Riozinho CEP 84500-000 – Irati - PR.

1. RESUMO

O presente trabalho propõe-se a provocar uma reflexão referente à inclusão escolar e aos desafios que se constroem diante da presença das pessoas com algum tipo de deficiência ou fora dos padrões da norma nos espaços da instituição, bem como, em contextos adjacentes. Enquanto a escola é desafiada e busca subsídios inovadores capazes de abrir possibilidades que lhe permitam responder as especificidades que caracterizam cada criança, vai gradativamente registrando uma imensurável gama de experiências nas relações que aprofunda no convívio com as crianças e suas singularidades e especificidades. No momento vigente, a organização do trabalho escolar, pensada a partir de uma realidade supostamente conhecida, com a previsão do perfil do alunado que se encaixe em sua proposta pedagógica, deixa de ser funcional. Porém, cabe aos envolvidos diretos e indiretos com a educação colocar-se disponível para conhecer o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver, a escola é forçada a reelaborar suas compreensões, de modo a poder dar fluxo a um diálogo exigente, mas necessário para compreender o que o outro tem a dizer neste novo momento da escola, em que o alunado exige que ela se aproprie de suas referências. O que a escola manteve até então em suas cercanias vem se desestabilizando e assim sendo, ela se descobre vulnerável. Para que possa se reestruturar necessita realizar diferentes aprendizagens, dentre as quais, aprender a conviver com as diferenças e incluir todos os educandos na teia das relações que se estabelecem fortalecidas por saberes e conhecimentos advindos da interlocução com a diversidade e adversidade, dando vazão a uma educação social. O espaço da escola é na atualidade um âmbito de formação de parcerias, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e formação humana global.

Palavras-chave: educação social, escola, inclusão escolar, inter-relação e diversidade.

2. INTRODUÇÃO

Desde sua gênese o grupo de estudos e pesquisa “Educação: Saberes, Linguagem e Multiculturalidade” (GEPEM), vinculado ao CNPq, vêm se reunindo e realizando debates mensais relevantes e pertinentes a área da Educação, nesse sentido tendo como foco a discussão pedagógica, o papel da escola e a pedagogia como ciência social, é que a linha de pesquisa “Políticas sociais e cidadania”, vêm promovendo interlocuções entre seus pares, da qual temos a geração deste trabalho, que ora divulgamos.

No contexto atual as demandas socioeducacionais das crianças, adolescentes e seus familiares, fazem emergir uma concepção mais amplificada de educação, que congregue socialização, cultura, transformações, avanços do conhecimento e do mundo social. Assim, a Pedagogia como Ciência Social ou a Educação Social atende a esta perspectiva de abrangência e se converte em uma utopia necessária, ao longo do século XXI, uma vez que dentre as aspirações atuais a educação não pode, nem deve simplesmente servir ao ideal neoliberal e capitalista, mas sim ao desenvolvimento humano em sua plenitude. Nesta direção a escola é esfera fundamental nesse processo. Considerando estas nuances e as reflexões propiciadas pelos aportes da Pedagogia Social, respaldados em Petrus (1997) e Silva, Souza Neto e Moura (2009) é que se tecera a apresentação que segue, com intuito de explicitar o trabalho pedagógico e ação socioeducativa desenvolvida no cenário escolar, tendo em

vista a construção de parcerias, a atenção a diversidade, ações, conflitos e relações adversas.

3. O CENÁRIO ESCOLAR: ESPAÇO DE PARCERIAS, DIVERSIDADE E ADVERSIDADE

Num cenário de valorização do homem e sua humanidade, as parcerias são educativas, construtivas e possuem contribuições significativas na formação humana global.

Pablo Gentili (2001, p. 29) afirma:

(...) a exclusão é invisível aos nossos olhos. Certamente, a invisibilidade é a marca mais visível dos processos de exclusão neste milênio que começa. A exclusão e seus efeitos estão aí. São evidências cruéis e brutais mostradas nas esquinas, comentadas pelos jornais, exibidas nas telas. Entretanto, a exclusão parece ter perdido a capacidade de produzir espanto e indignação em boa parte da sociedade. Nos “outros” e em “nós outros”.

Portanto, com base no autor, a escola deve tornar visível o que esse olhar normalizador oculta. Deve ajudar compreender os fatores históricos que contribuíram na produção dessa barbárie e, adotar uma pedagogia que valorize a todas as pessoas, sem distinção de sexo, raça, deficiência entre outros. Bem como, deve adquirir uma consciência crítica e consciente, ao ponto de lutar contra esses preconceitos culturalmente criados por uma população desinformada.

O professor como educador, ao orientar sabiamente as inter-relações dos alunos no contexto da instituição, estará contribuindo com a formação de uma cidadania saudável, o que proporcionará aos educandos o conhecimento dos valores éticos e morais que auxiliarão as crianças a tratar com dignidade todas as pessoas, tendo o respeito e compreensão à diversidade.

A escola na contemporaneidade é um espaço de formação de valores de domínio público, isto é, os valores coletivos de justiça, da equidade e da cidadania, os modelos de mercado não poderão servir a estes valores, porque uma organização que envolve cidadãos, que visa construir uma sociedade crítica e contribuir para ampliar direitos humanos básicos é, necessariamente, muito diferente de uma organização que atende pragmaticamente clientes ou consumidores. A escola é um espaço de gestão democrática, considerando o fim comum que é o processo educacional em seu sentido mais amplo.

A gestão democrática participativa é baseada na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomadas às decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assumira sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. (LIBANEO, 2007. p. 330)

A construção de parcerias internas ao cenário educacional deve constituir uma realidade necessária. Tendo em vista o contexto atual de um sistema educacional que prima pela educação abrangente no âmbito institucional das escolas, objetiva-se atender às novas exigências educacionais, que de acordo com Libâneo (1998), se pautam em atitudes docentes de assumir o ensino como mediação capaz de mudar a prática pluridisciplinar para interdisciplinar na escola, conhecer estratégias do ensinar a pensar e ensinar a aprender a aprender, auxiliar os alunos, educandos, a buscarem

uma perspectiva crítica dos conteúdos, a se habituarem a apreender as realidades enfocadas nos conteúdos escolares de forma crítico-reflexiva, assumir o trabalho de sala de aula com um processo comunicacional, reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e informação na sala de aula, atender e respeitar a diversidade cultural, investir na formação continuada, integrar no exercício da docência a dimensão afetiva e desenvolver comportamento ético e saber orientar os alunos em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas e a si próprios.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994). A partir deste encontro através do acordo firmado com a Declaração de Salamanca, a inclusão ganhou força e consistência para existir.

Esta existência da educação inclusiva, entretanto, deve estar pautada, conforme a LDB 9394/96 em seus artigos de 58 ao 60, e a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2007), por uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os sujeitos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação de um sistema de ensino comum. Assim, a educação inclusiva, em nosso país, constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a diversidade, ou seja, a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade social.

Dentro deste contexto, falar em diversidade, de acordo com Guijarro (1998), não significa necessariamente falar de minorias ou dos portadores de necessidades educacionais especiais, mas do coletivo humano, que traz em seu interior as diferenças individuais. E há que se complementar que falar em diversidade é falar de oportunidade, flexibilidade, acessibilidade, adaptações e respeito às limitações, dificuldades e necessidades especiais do outro, que são todos e cada um.

Assim, segundo Pacheco (2008, p. 7-8), “a “diferença” é normal, não é deficiente. A sociedade é formada por identidades plurais, particularidades, especificidades”. Anormal, para este autor, com o qual coadunamos, é considerar o mundo e as pessoas pela uniformidade e pela homogeneidade irrestrita.

Trabalhar com a diversidade é o natural, uma vez que as diferenças existem e não devem ser negadas dentro da dinâmica social e educativa. Segundo Sacristán (2002, p.17), “somos únicos porque somos “variados” internamente, porque somos uma combinação irrepitível de condições e qualidades diversas que não são estáticas, o que nos faz também diversos em relação a nós mesmos ao longo do tempo e segundo as circunstâncias mutáveis que nos afetam”. Nessa perspectiva o autor de modo sagaz afirma ainda que:

... a diversidade, assim como a desigualdade, são manifestações normais dos seres humanos, dos fatos sociais, das culturas e das respostas dos indivíduos frente à educação nas salas de aula. A diversidade poderá aparecer mais ou menos acentuada, mas é tão normal quanto a própria vida, e devemos acostumar-nos a viver com ela e a trabalhar a partir dela. A heterogeneidade existe nas escolas, dentro delas e também nas salas de aula porque existe na vida social externa. A educação também é causa de diferenças ou da acentuação de algumas delas. Nós, professores e professoras, participamos da

diversificação e da homogeneização, da equiparação e da desigualdade. (SACRISTÁN, 2002, p. 15).

Quando se compreende a diversidade nesta perspectiva, começa-se a estar preparado para o atendimento de todas as crianças na esfera escolar, “normais”, portadoras de necessidades especiais, deficientes intelectuais, deficientes auditivos, deficientes físicos, deficientes visuais, com déficit de atenção e hiperatividade, superdotados, com problemas emocionais e de conduta, enfim todas sem distinção.

A diversidade, para Paniagua e Palácios (2007), é fato positivo, um valor que nos enriquece a todos e nos ensina que não há uma única forma de ser, de viver, de sentir e de encarar a educação, a aprendizagem e o desenvolvimento.

Desta forma, precisamos considerar que os processos de aprendizagem e desenvolvimento se dão por etapas ou fases. E estas fases embora sejam as mesmas para todos os sujeitos, elas respeitam uma trajetória individual e um ritmo maturacional próprio de cada criança que devem ser respeitados. Isto, segundo Corso (2008), é a expressão da atenção e respeito à diversidade, de tempo, de ritmo, de preferências, de maneiras de aprender, de caminhos para aprender e de sujeitos.

Atuar educativamente na e para a diversidade é atender a todos e a cada um na sua particularidade e no seu direito de ser único, individual e especial em sua singularidade humana, independente de necessidades especiais de quaisquer naturezas. Significa oportunizar uma educação para o sujeito em sua globalidade, compreendendo, pois o indivíduo ou a criança em perspectiva integral.

Dentro desta dinâmica a atenção à diversidade e a inclusão é o ato de integrar crianças ou sujeitos portadores de necessidades especiais ou não, ao todo educacional e social, como participe ativo, com direitos e deveres dentro da esfera de pertencimento. Nesse contexto é preciso superar dicotomias, paradigmas e preconceitos, dentre estes nomenclaturas e siglas, a que os portadores de necessidades especiais foram subjugados ao longo dos tempos.

Existe muita discussão sobre como chamar os indivíduos portadores de necessidades especiais. Termos usados no passado, como “crianças deficientes” e “criança da educação especial” já não são mais aceitáveis. Os termos usados atualmente concentram-se na criança integral, em vez da dificuldade específica da criança. Portanto, ao contrário de dizer “criança necessitada”, diga: “crianças com necessidades especiais”; em vez de “criança parálitica”, diga: “criança com paralisia”. Em vez de nos referirmos a crianças “normais”, dizemos: “crianças de desenvolvimento típico”, pois uma criança que tem necessidades especiais pode ser “normal” em muitos aspectos. Chamar as outras crianças de “normais”, por outro lado, implica que a criança com necessidades especiais é anormal. Tudo isso é feito com a intenção de tratar os indivíduos de forma justa e de enxergá-los como seres humanos funcionais e integrais. (MILLER, 2008, p. 185).

Tendo em vista, esta trilha de vislumbrar a criança integral, devemos enxergar e valorizar as potencialidades humanas e não as defasagens ou dificuldades. Assim, julgamos oportuno o atendimento a diversidade na educação, não perdendo em momento algum o foco primordial de integração entre atenção, cuidar e educar.

No processo de educação em qualquer nível de ensino cuidamos do outro, uma vez que somos seres humanos suscetíveis a situações de angústia, conflitos, medos e

inseguranças, provocadas pela vida contemporânea. A indissociabilidade entre cuidado e educação precisa permear todo o projeto pedagógico, trata-se de uma filosofia de atuação que deve prevalecer seja na creche, pré-escola, escola, faculdade, universidade ou pós-graduação.

A ação educativa interdisciplinar é um componente salutar no atendimento das novas exigências educacionais, pois de acordo com Lück (1998), a interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo a serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual.

Uma proposta educativa pautada na interdisciplinaridade pode promover a superação da visão restrita de mundo e levar a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como ser determinante e determinado.

Fazenda (1994) demarca importantes aspectos norteadores da prática pedagógica interdisciplinar, que são oportunos para uma educação que privilegie a atenção a diversidade, são eles:

- Movimento dialético: caráter teórico-prático e/ou prático-teórico;
- Memória-registro: escrita, leitura, revisão, releitura crítica de memória, enfim, reflexão sobre a ação;
- Parceria: *mania* de compartilhar – falas, espaços, presenças, história, postura, enfim, necessidade de troca.
- Perfil da sala de aula interdisciplinar: autoridade conquistada, humildade, cooperação, produção do conhecimento;
- Respeito ao modo de ser de cada um, ao caminho que cada empreende em busca de sua autonomia;
- Projetos interdisciplinares: intencionalidade, busca à totalidade do conhecimento, caminho marcado pela provisoriedade, nunca definitivo;
- Plano e proposta educacional aberta, caminho construído no caminhar.

A interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas, é uma estratégia educacional que se estrutura pela incidência de parcerias construtivas e formativas. “Um projeto realmente interdisciplinar, não de nome, mas de intenção, alicerça-se em pressupostos epistemológicos e metodológicos que são periodicamente revisitados” (FAZENDA, 1994, p.87). Assim, “interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de *ação*”. (idem, p.89). Ação essa que interliga contexto vivido a contexto estudado.

Uma perspectiva educacional voltada aos moldes delineados será contundente para uma formação global, humana, cidadã e focada na equidade. Somente com uma educação voltada às questões inerentes á diferença e a singularidade é que o educando estará habilitada a interagir no universo, nele imprimindo a sua marca, como pessoa, como homem em plenitude.

4. CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

No cenário atual o rompimento de culturas tradicionalmente atreladas à homogeneidade instiga à incorporação de novos paradigmas que contribuam para a instalação de um contexto escolar e social efetivamente estável e que propiciem uma adequada estruturação científica, democrática e humana. Assim o desencadeamento de um processo integrativo e de diálogo com sujeitos funcionais e integrais, vislumbra um contexto educacional interativo que favoreça a construção de uma cidadania aberta a outras dimensões, enfocando a diversidade como sólida base de formação. Nesse bojo, o espaço da escola é na atualidade um âmbito de formação de parcerias, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e formação humana global.

5. BIBLIOGRAFIA

ALCUDIA, Rosa, et al. Atenção à diversidade. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri & KRAMER, Sônia. Infância, Educação e Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília-DF, 23 dez. 1996.

BRASIL/MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler de. A nova LDB e a educação especial. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

CORSO, L. Dificuldades de Aprendizagem e Educação Infantil. In: Revista Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, ano VI, nº 16, mar/jun 2008, p. 22-5.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

FREITAS, Maria Helena Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. In: Revista Educação e Sociedade. v. 23, nº 80 – especial. Campinas-SP: Cortez, 2002.

GENTILI, P. A exclusão e a escola: o apartheid educacional como política de ocultação. In: GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. Educar na esperança em tempos de desencanto. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p.11-43.

GONZÁLEZ, José Antonio T. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUIJARRO, R. B. Aprendendo en la Diversidad: implicaciones educativas. In: Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, Foz do Iguaçu, 1998.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 77).

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1998, (coleção Questões da Nossa Época; v. 67).

Pedagogia e Pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 1999.

Diretrizes Curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. In: Educação e Sociedade. Campinas-SP, v.27, n.96, out. 2006, p. 843-876.

LIBANEO, José. C.; OLIVEIRA, João F. de. TOSCHI, Mirza S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: *Fundamentos Teórico-Methodológicos*. 4a edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MILLER, K. Educação Infantil: como lidar com situações difíceis. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PACHECO, J. Série Não Rima com Inclusão. In: Revista Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, ano VI, nº 16, mar/jun 2008, p. 6-9.

PANIAGUA, G.; PALACIOS J. Educação Infantil: resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PETRUS, Antonio R. (coord.). Pedagogía Social. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). Pedagogia, Ciência da Educação? 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMANS, Mercê; PETRUS, Antonio R. & TRILLA, Jaume. Profissão: Educador Social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SACRISTÁN, J. G. A Construção do Discurso sobre a Diversidade e suas Práticas. In: ALCUDIA, R. et al. Atenção à Diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 13-37.

SOUZA NETO, João Clemente; SILVA, Roberto & MOURA, Rogério (orgs). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

UJIIE, Nájela Tavares; NATALI, Paula Marçal; MACHADO, Erico Ribas. Contextos da formação do educador social no Brasil. In: Educação Unisinos. v. 13, n. 2, mai/ago, 2009,

p. 117-124. Acesso em: 10 de setembro de 2009, 20:32. Disponível em: http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_educacao/vol13n2/art03_ujiie_etal.pdf

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=159&Itemid=311> . Acesso em: 24/02/2009.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=159&Itemid=311> . Acesso em: 24/02/2009.

ZYCH, Anizia Costa; UJIE, Nájela Tavares. O instigador Paulo Freire e os entornos da diversidade. In: Revista Travessias. Unioeste, nº 2, 2008. Acesso em: 10 de setembro de 2009, 20:40. Disponível em: http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_002/educacao/oinstigados.pdf